



II ENCONTRO DE DIRIGENTES E ACTIVISTAS DE EMPRESAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS LOCAIS E REGIONAIS

MANIFESTO DE APOIO À GREVE GERAL

Através do Orçamento de Estado para 2010, do PEC 1 e do PEC 2, o governo PS/Sócrates atacou os salários, retirou direitos, aprofundou a exploração de quem trabalha. Mas agora quer mais. As medidas anunciadas no âmbito do chamado PEC 3 e incluídas na proposta de Orçamento de Estado para 2011, com o apoio do PSD, constituem uma autêntica declaração de guerra contra os trabalhadores e contra o país:

É PRECISO DIZER BASTA!

As medidas do governo PS/Sócrates, com o apoio do PSD, são medidas erradas, injustas e imorais que não resolvem nenhum dos problemas económicos do País e contribuirão para acentuar o desemprego e a desigualdade na repartição da riqueza, num quadro em que os verdadeiros responsáveis pela crise - a banca, os especuladores - continuam a registar lucros astronómicos e a ser beneficiados pelas políticas do Governo, seja na permissividade à evasão fiscal seja na manutenção de benefícios fiscais escandalosos.

Tal como a generalidade dos portugueses, também os trabalhadores do sector empresarial local e regional são gravemente atingidos, na medida em que além dos ataques aos direitos por parte das administrações e do bloqueio à negociação, com destaque para o Grupo Águas de Portugal, o Governo pretende agora, para além da redução de salários, limitar o subsídio de refeição, o trabalho suplementar, o trabalho nocturno e ajudas de custo aos valores previstos para a Administração Pública, provocando uma redução remuneratória que pode atingir cerca de 20%.

Situação que, sendo completamente inaceitável do ponto de vista social e económico, constitui uma violação grosseira da Contratação Colectiva, dos direitos consagrados em acordos colectivos de trabalho conquistados após muitos anos de luta dos trabalhadores.

Ao pretender impor no sector empresarial do Estado e da Administração Local as medidas já de si draconianas que aprovou para a Administração Pública, o Governo faz tábua rasa das especificidades do sector, designadamente:

- ◆ No que ao plano da legalidade e da contratação colectiva concerne – por um lado Código do Trabalho é claro quanto à ilegalidade da redução de salários e por outro, na prática as orientações para as empresas bloqueiam grande parte da liberdade de negociação;
- ◆ No que diz respeito à realidade financeira de cada empresa – de que constitui exemplo concreto o Grupo Águas de Portugal, que apresentando lucros significativos é inadmissível que aqueles que contribuem decisivamente para tais resultados, os trabalhadores, sejam na prática despojados dos ganhos de produtividade que lhes cabem neste processo. Em sentido inverso, os altos quadros de direcção continuam a usufruir de mordomias escandalosas e salários chorudos.

A tudo isto, acresce negativamente os cortes nas transferências para as autarquias de cerca de 10% e a imposição governamental de redução de pelo menos 15% nos custos de funcionamento das empresas, situação que conduzirá a um abaixamento das condições sociais e laborais bem como a uma brutal e perigosa degradação da qualidade dos serviços prestados com sérios prejuízos para as populações em particular para as que mais precisam.

HÁ ALTERNATIVAS!

As medidas do governo de combate ao défice são uma escolha política, e por isso mesmo, não são inevitáveis.

O combate à crise só é possível com uma política assente no crescimento económico, na valorização e melhoria dos serviços públicos, no crescimento real dos salários, do aumento do salário mínimo, das pensões de reforma, na defesa e promoção da produção nacional, numa mais justa distribuição da riqueza, elementos indispensáveis para criar emprego e desenvolver o país.

É PRECISO INTENSIFICAR A LUTA!

Em centenas de plenários realizados nas diversas empresas do sector, é visível a revolta dos trabalhadores e a forte mobilização para a luta, particularmente para a Greve Geral de 24 de Novembro.

Porque só a luta pode impedir a concretização da política injusta do Governo PS/Sócrates, Os dirigentes e activistas sindicais de Empresas de Serviços Públicos Locais e Regionais reunidos no II Encontro, realizado em Lisboa, no dia 20 de Novembro, decidem:

1. Repudiar fortemente as medidas de austeridade propostas pelo Governo PS/Sócrates, com o apoio do PSD, que atingem gravemente as condições de vida e de trabalho de milhões de portugueses, liquidam direitos conquistados pelos trabalhadores e enfraquecem os serviços públicos;

2. Participar na Greve Geral de 24 de Novembro e desenvolver esforços para que todos os trabalhadores do sector se mobilizem na sua preparação e adiram massivamente à Greve, manifestando desta forma a sua indignação contra a política injusta do governo e exigindo alternativas efectivas que promovam a justiça social, emprego digno, salários justos, mais protecção social, serviços públicos de qualidade, a valorização da contratação colectiva;
3. Prosseguir e intensificar o trabalho de mobilização, organização e acção reivindicativa dos trabalhadores do sector empresarial local e regional em defesa do emprego com direitos, da melhoria dos salários, da contratação colectiva através da elaboração e apresentação de cadernos reivindicativos e instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho nas empresas, bem como da exigência do cumprimento integral dos Acordos de Empresa existentes, adoptando as formas de luta mais adequadas aos objectivos definidos.
4. Intensificar o trabalho sindical no sector, particularmente no plano da contratação colectiva, na resolução dos problemas concretos dos trabalhadores, na sindicalização e no reforço da estrutura sindical, tendo como pano de fundo:
 - ◆ A luta pelos direitos laborais, contra as discriminações e pela valorização dos salários;
 - ◆ A luta pelos direitos, liberdades e garantias, contra as tentativas de repressão e atitudes de prepotências de diversos conselhos de administração que se verificam em muitas das empresas do sector, nomeadamente a Águas de Portugal.

No dia em que se realizam em Portugal a Cimeira da Nato, o Plenário Nacional de dirigentes e activistas sindicais do sector empresarial da Administração Local não pode deixar repudiar a realização desta iniciativa no nosso País e manifestar vivamente o apoio à Manifestação pela Paz que hoje se realiza em Lisboa, promovido pela *Campanha Paz Sim Nato* Não que o STAL integra.

Lisboa, 20 Novembro 2011

O plenário de dirigentes e activistas sindicais